



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XV Curso de Especialização em Relações Internacionais

Brasil e México no período da Política Externa Independente

HUGO AGRA DE CASTRO

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientador: Professor doutor José Flávio Sombra Saraiva

Brasília

2015

RESUMO

No artigo é apresentado um estudo das relações bilaterais entre Brasil e México, a origem dos primeiros contatos, os primeiros interesses e uma análise do período que Guillermo Palacios (2001) denomina de “refundación de las relaciones” bilaterais que compreende o período histórico do final da década de 1950 e início 1960, mais precisamente 1958-1964 (final do governo Juscelino Kubitschek e os governos de Jânio Quadros, João Goulart e Adolfo López Mateos). Esse período foi marcado por políticas externas autônomas, independentes e pragmáticas, dentro de uma lógica desenvolvimentista, então em voga na época. Analisa-se também a posição do Brasil e do México diante dos Estados Unidos, exemplificado no processo decisório da expulsão de Cuba da OEA em 1962. Aspectos conceituais e teóricos também são apresentados.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Política Externa Mexicana; Política Externa Independente.

ABSTRACT

In this paper we present a study of Brazil & Mexico bilateral relations, with particular focus on the historical origin of first contacts and interests, based on the period of analysis that Guillermo Palacios (2001) calls "refundación de las relaciones bilaterales", comprising the historical period from the end of the 1950s to the early 1960s, to be more precise, from 1958 to 1964 (the end of Juscelino Kubitschek's government and the governments of Jânio Quadros, João Goulart and Adolfo López Mateos). This period was marked by autonomous, independent and pragmatic foreign policy, within a developmental logic, then in vogue. Also analyzes the position of Brazil and Mexico on the United States, exemplified in the decision making process of the OAS expulsion of Cuba in 1962. Conceptual and theoretical aspects are also presented.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Mexican foreign policy; Independent Foreign Policy.

INTRODUÇÃO

Apesar de serem as duas maiores economias da América Latina, com o maior número de habitantes do continente, e de terem relações diplomáticas há muito tempo, Brasil e México nunca se viram como o “principal parceiro estratégico” do outro. O artigo analisará a história política entre esses dois “gigantes” latino-americanos e “potências médias mundiais”, analisar onde começaram os laços diplomáticos, os desentendimentos, os erros e acertos de uma relação que passou por cima de desconfianças, ou como disse María Cristina Rosas, “las rivalidade entre México y Brasil ha sido la norma, quizá porque cada uno percebe al otro como um ‘intruso’ en su respectiva región geográfica” (ROSAS, 2008, p. 88). O trabalho também visa analisar o papel dos Estados Unidos diante das políticas externas adotadas por cada país e como influenciou a tomada de decisão, exemplificada no caso da expulsão de Cuba da OEA. É importante enfatizar que existem poucos trabalhos sobre o tema da história da relação bilateral entre Brasil e México ou sobre política externa mexicana produzidos no Brasil. Ressalta-se, contudo, o grande número de investigações nas áreas de Economia, Economia Política e Integração Internacional que surgiram decorrentes das diferentes escolhas realizadas na década de 1990 pelo México (via NAFTA) e pelo Brasil (via Mercosul).

A pergunta central do artigo irá se desenvolver nas seguintes perguntas: *O que levou Brasil e México à reaproximação no período de 1958 a 1964? Qual posição ambos os países adotaram diante da influência da política externa dos EUA?* Acreditamos que para entender as mudanças adotadas no presente, devemos entender os paradigmas que influenciaram as tomadas de decisões do passado. Analisaremos os motivos, os fatores e as consequências que levaram aos conflitos e as convergências entre os dois países, compreendendo a política externa, sem deixar de analisar o contexto internacional e as conjunturas teóricas, políticas, sociais e econômicas de ambos os países. Delimitamos o trabalho em analisar as relações bilaterais entre Brasil e México no período de 1958 a 1964, descrever o processo histórico, analisar a influência dos Estados Unidos no posicionamento do Brasil e do México e descrever as influências teóricas-conceituais da época.

Na primeira seção do artigo destacamos resumidamente os principais pontos de convergência e divergência entre Brasil e México desde a independência, as simpatias positivistas das repúblicas, a abertura das embaixadas na década de 1920,

as tensões diplomáticas na tentativa de concessão de asilo a Luís Carlos Prestes e a “refundação” das relações bilaterais no final da década de 1950 com posturas semelhanças de políticas externas autônomas e independentes.

Na segunda seção analisamos o caráter simbiótico nas propostas de políticas externas de Brasil e do México no período da “refundación de las relaciones bilaterales” (PALACIOS, 2001). Acreditamos que a necessidade de diversificação comercial e afirmação de soberania ligada ao nacionalismo da época catalisaram processos decisórios de políticas externas independentes e autônomas que focavam a autodeterminação, a não-intervenção e destacavam a necessidade de não vinculação com quaisquer blocos políticos-militares.

Na terceira seção utilizamos a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos na OEA (Organização dos Estados Americanos), mais conhecida como Conferência de Punta del Este, realizada em 1962, para exemplificar a atuação das políticas externas independentes do Brasil e do México. Para a diplomacia brasileira chefiada pelo Ministro San Tiago Dantas a atitude foi de concordar em não se opor a proposta dos EUA de condenar o comunismo no continente americano, porém, reconhecia San Tiago Dantas, a necessidade de adotar uma independência na política externa frente aos princípios da não-intervenção, autodeterminação e luta anticolonialista, assim como contra sanções militares, econômicas e a utilização do TIAR (Tratado de Assistência Recíproca) como medida de intervenção em território cubano. Para o México, aceitar sem contraposições a política anticubana de Washington seria como sancionar que a OEA e os EUA se convertessem em árbitros do que os países membros podiam ou não podiam fazer no âmbito da sua política interna e externa. A solução da diplomacia mexicana chefiada por Manuel Tello Baurraud, para não correr o risco de um confronto aberto com os EUA - que estavam mais do que decididos em expulsar Cuba da OEA - foi de tentar não associar a defesa dos princípios tradicionais da política externa mexicana com a defesa do socialismo e muito menos com a política soviética no ocidente.

Na quarta seção destacamos os modelos teóricos e conceituais das Relações Internacionais encontrados nas políticas do Brasil e do México no período de 1958 a 1964. Os dois países adotaram medidas de caráter realista ao apoiar o poder hegemônico – ao invés de se unir contra o poder – e reafirmar suas soberanias, assim como princípios liberais na defesa do multilateralismo e da defesa da atuação dos organismos internacionais. Ainda destacamos a influência do grupo da CEPAL, dos

teóricos da dependência e do nacional-desenvolvimentismo que alimentavam a política latino-americana com o modelo de substituição de importação, deterioração dos termos de troca e diversificação de parcerias que alimentou a formulação de uma política externa independente e autônoma na época.

1. UMA RELAÇÃO ANTIGA

As relações Brasil-México são marcadas por conflitos, apaziguamentos e desencontros no cenário bilateral, regional e internacional. É de se estranhar que os dois maiores países da América Latina em termos econômicos e populacionais tenham poucos estudos sobre suas relações bilaterais. O México foi o segundo país a reconhecer a independência do Brasil (havendo reciprocidade por parte do Brasil), primeiro até que Portugal (29/08/1825) e posterior somente dos Estados Unidos (24/05/1824). O governo brasileiro, por outro lado, sob o comando de Dom Pedro II, reconhece em 1866 o governo intervencionista francês de Maximiliano no México (Dom Pedro II era primo de Maximiliano) e, com isso, a relação do México com o Brasil cai em desconfiança, ocasionando os primeiros desentendimentos.

En el caso específico de México y Brasil, los primeros contactos, por muy tenues y vagos que hayan sido, se dieron en marzo de 1825, cuando México se convirtió en el segundo país, después de Estados Unidos, en reconocer la independencia del imperio, mediante notas intercambiadas por su ministro en Londres con los respectivos representante brasileños. (PALACIOS, 2001, p 17).

Outros eventos também marcaram essa relação de convergências e divergências entre Brasil e México. No final do século XIX e início do século XX, ocorre uma aproximação graças às conferências pan-americanas e a proclamação da república no Brasil - que confluía com as ideias positivistas de Porfírio Díaz, que foi presidente do México em duas ocasiões: entre 1877-1880 e 1884-1911. “El orden y el progreso unían a las dos repúblicas positivistas, y la gran presencia de los científicos en el gobierno mexicano tenía una clara equivalencia con las elites ilustradas que (...) controlaban la política brasileña” (PALACIOS, 2001, p. 103). Outros temas como as visões sobre a Doutrina Monroe, a mediação do Grupo ABC (Argentina, Brasil e Chile) no conflito entre México e Estados Unidos, a abertura da embaixada do México no Brasil em 1922 e a embaixada do Brasil no México em 1923, assim como a crise de 1929 e a busca por novos mercados fez com que na década de 1930 o Brasil se convertesse no principal sócio comercial do México na América do Sul.

Na década de 1940, as relações entre Brasil e México ficaram conturbadas com a tentativa do México de conceder asilo a Luís Carlos Prestes, então preso durante o governo de Getúlio Vargas e a campanha que a mãe (Leocádia Felizardo Prestes) e irmã (Lígia Felizardo Prestes) de Prestes fizeram pela sua libertação, desgastando a imagem do México diante do governo de Vargas (PALACIOS, 2001). Apesar dos embates a respeito de Prestes, Brasil e México rompem relações diplomáticas com o Eixo ocasionando uma empatia entre as duas nações. O pós-guerra, marcado pela consolidação dos Estados Unidos como poder hegemônico e pelo modelo de substituição de importações, acaba afastando um pouco as relações diplomáticas entre os dois países (ROSAS, 2008), realidade que só será modificada com a implantação de políticas externas “autônomas” ou “independentes” no final da década de 1950 e começo de 1960 no Brasil e no México.

2. “REFUNDAÇÃO” DAS RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-México se intensificaram, graças, em grande medida, a nova política externa adotada por Adolfo López Mateos (1958-1964) que iniciou uma abertura econômica e cultural com outros países. É nesse contexto que Juscelino Kubitschek (1956-1961), convida o presidente mexicano para uma visita ao Brasil em 1960, fato que entrou para a história como a primeira visita de um presidente mexicano ao Brasil desde a independência de ambos os países.

El gobierno del presidente Adolfo López Mateos (1958-1964) inició una política de apertura y búsqueda de lazos comerciales y culturales con otros países, además de Estados Unidos. En este contexto, el mandatario mexicano tomó la decisión de viajar a Brasil, en respuesta a una invitación del presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), una visita que ningún presidente mexicano había realizado en los 140 años de vida independiente de ambas naciones. Era, de hecho, la refundación de las relaciones entre los dos países, que hasta nuestros días ha regido los encuentros y desacuerdos de sus gobiernos y grupos de interés. (PALACIOS, 2001, p 270).

López Mateos tinha a seu favor um período de política interna mais tranquila do que o que se passava o Brasil. Além da variável do partido hegemônico e da disciplina das forças armadas ao governo civil, coisa que não existia no Brasil, o governo mexicano tinha a lealdade de políticos, dirigentes de partidos, governadores, militares e camponeses. No Brasil, pelo contrário, as das forças armadas, inclusive tentaram impedir a posse de JK em 1956 (garantida pelo Marechal Lott), assim como a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio em 1961 (garantida pela implantação do sistema parlamentarista que retirava parte dos poderes de Jango). O

medo das Reformas de Base pela elite brasileira, impunha ao governo Jango uma atitude mais cautelosa diante da oposição ativa que vinha de setores da sociedade civil, militar, imprensa e parlamento, como o IBAD (Instituto brasileiro de Ação Democrática), o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), a ESG (Escola Superior de Guerra), a UDN (União Democrática Nacional), o jornal Tribuna da Imprensa e os discursos do forte opositor Carlos Lacerda. López Mateos, pelo contrário, haviam chegado a presidência do México com quase 90% dos votos (PÉREZ FLORES, 2014), mostrando claramente a força do PRI (Partido Revolucionário Institucional) que tinha nas suas fileiras do congresso uma pluralidade de setores e lideranças do sindicalismo urbano, trabalhadores rurais e empresários

Outros fatores favoreciam as políticas adotadas pelo Brasil e pelo México. O contexto internacional de recuperação da Europa Ocidental forneceu maiores opções comerciais e financeiras, a consolidação do poder soviético (em 1961 o Brasil reestabeleceu relações diplomáticas com a URSS, rompidas em 1947), a Revolução Cubana e a descolonização da África aumentaram o poder de barganha com os EUA.

Para alguns autores como Maria Regina Soares de Lima, José Flávio Sombra Saraiva e Celso Amorim, os antecedentes da Política Externa Independente remontam períodos anteriores ao governo Jânio/Jango. Para a professora Maria Regina, “vários elementos de continuidade já têm sido apontados, comparando-se com a política externa do governo JK, em particular com respeito às inovações contidas na iniciativa da criação da Operação Pan-americana” (LIMA, 2005, p.56). O professor José Flávio Sombra Saraiva analisando o conceito de autonomia na PEB (Política Externa Brasileira), mostra a existência de autonomia na política externa antes mesmo do governo Jânio/Jango. Utilizando os escritos de Hélio Jaguaribe que acreditava que o acesso à autonomia exigia duas condições essenciais: “viabilidade nacional e permissibilidade internacional”, o professor José Flávio analisa que o conceito de autonomia foi apropriado tanto pela direita nacionalista quanto pelo nacionalismo de esquerda e que, durante a PEI, esteve associado a esse último, entretanto “o conceito, em forma brasileira, já tinha base evolutiva anterior. E foi apropriado pela PEI” (SARAIVA, 2014, p. 12). Para Celso Amorim, a PEI já era uma constante, mas que o governo Jânio Quadros assumiu plenamente tais teses.

Ao assumir o Itamaraty, San Tiago Dantas encontrou já iniciada a Política Externa Independente e procurou desenvolvê-la e sistematizá-la. (...) Os antecedentes da Política Externa Independente remontam, na realidade, aos

governos Vargas e Kubitschek. Ao assumir a Presidência da República, em 1956, Juscelino Kubitschek retomou o processo de industrialização autônomo, iniciado por Getúlio Vargas. (...) A Política Externa Independente, de todo modo e *avant la lettre*, afirmou-se após 1958, pelas várias iniciativas do governo Kubitschek. As circunstâncias históricas favoreceram sua formatação mais elaborada no governo Jânio Quadros. (AMORIM, 2005, p.42)

Juscelino “via o subdesenvolvimento como um estágio que atingia simultaneamente diversos países e para superá-lo esses países deveriam promover um esforço comum” (ALTEMANI, 2005, p.83), fato que o levou a se aproximar cada vez mais dos países de América Latina. Contudo, somente com a implantação da PEI no governo Jânio Quadros/João Goulart, as relações Brasil e México atingiram um caráter simbiótico. De acordo com Altemani, a fim de atrair os investimentos norte americano para o Brasil e América Latina, a OPA (Operação Panamericana), ideia de JK, seria uma “estratégia de sensibilizar os Estados Unidos para a problemática do subdesenvolvimento brasileiro e regional” (ALTEMANI, 2005, p 81). Entretanto, López Mateos acreditava que a OPA “era ‘el salto a una montaña’, mientras que México preferia las escaleras, y subir por ellas, escalón por escalón, hacia las metas deseadas” (PALACIOS, 2001, p. 273).



López Mateos ao lado de JK em janeiro de 1960. Foi a primeira visita de um presidente mexicano ao Brasil. Fonte: PALACIOS, 2001, p. 270.

A Declaração Conjunta firmada em 22/01/1960 entre JK e López Mateos, ao final da visita do presidente mexicano ao Brasil, deixa clara a intenção do Brasil e do México de apoiarem a democracia, a união dos povos latino-americanos para superar os problemas do subdesenvolvimento, apoiar o multilateralismo, acabar com a miséria e aumentar o intercâmbio comercial entre as duas nações.

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, resolveram deixar consignada na presente Declaração a perfeita consonância das políticas exteriores dos dois países. Em primeiro lugar reafirmam os dois Presidentes, seguros de interpretar o sentimento de seus povos, sua fé no regime democrático e representativo, único sistema compatível com a dignidade humana. Esta convicção profunda e inamovível, da qual deriva o desejo veemente de que toda a América se oriente por tal sistema, sendo os Governantes escolhidos pelo livre voto dos cidadãos, não exclui, por parte de ambos os Governos, em sua conduta internacional, um claro repúdio de toda e qualquer ingerência de um Estado ou grupo de Estados nos negócios internos ou externos dos demais. O princípio de não-intervenção, ademais, é de estrita observância para todas as Repúblicas deste Continente, e assim está consignado na Carta da Organização dos Estados Americanos. Na Comunidade Americana de Nações soberanas a conquista da democracia é prerrogativa exclusiva de cada povo, a que assiste o direito de escolher sua forma de Governo e suas instituições, sem interferências externas, por bem intencionadas que sejam.

Ambos os Presidentes concordaram na necessidade de coordenar os seus melhores esforços em prol da união dos povos deste Hemisfério para a luta contra o subdesenvolvimento, o atraso e a miséria, que ainda afligem extensas zonas do Continente. O Brasil e o México empregarão todos os meios ao seu alcance no sentido de desenvolver uma ação eficaz, multilateral, com o sentido de dinamizar as economias dos países da América, e assim liberar tantos milhões de habitantes do Novo Mundo do jugo da miséria, tirania igual à pior espécie de escravidão. (MRE. BRASIL. Sistemas de Atos Internacionais. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1960/b_4. Acesso em 24 julho 2014)

Após JK, Jânio Quadros e João Goulart trataram de fazer uma política externa que buscasse pontos favoráveis para o Brasil independente das posições ideológicas, era uma “luta em prol do desenvolvimento e do aumento da produção [que] impunham ao país a necessidade de ampliação de seus mercados” (BUENO, 2010, p.313), com isso, a PEI procurava expandir o comércio externo brasileiro, aproximando-se dos países da África, Ásia, reservando ao Brasil a liberdade de escolher seus parceiros comerciais ou políticos e apoiando os princípios da autodeterminação e da não-intervenção.

Comercio exterior de México com Brasil, 1960-1964 (miles de peso)

Año	Importaciones	Exportaciones
1960	886	16821
1961	2 389	24 098
1962	3 228	97 914
1963	12 365	128 228
1964	45 532	69 940

Fuente: *Anuario de Comercio Exterior de México, 1964*, México, Banco Nacional de Comercio Exterior, pp. 636-643. Apud: PALACIOS, 2001, p.305.

Assim como o Brasil, o México adotou medidas semelhantes de caráter pragmático, o que contribuiu para a “refundación” das relações bilaterais. O México também procurou diversificar suas parcerias e estender seus laços comerciais independente de preocupações ideológicas, como explica o sociólogo mexicano Iván Menéndez:

Durante el gobierno del presidente Adolfo López Mateos (1958-1964), el jefe del Estado mexicano inicia el acercamiento político de México con el naciente Movimiento de los No Alienados. Así, el presidente López Mateos viaja a Yugoslavia, La India e Indonesia y tiene una estrecha relación con sus Jefes de Estado: el presidente Tito, el Sr. Nehru y el presidente Sukarno, que inician un movimiento político como respuesta a la Guerra Fría y a la formación de bloques antagónicos a nivel internacional, con el consecuente alienamiento del mundo recién descolonizado. (MENÉNDEZ, 1982, p. 48)

Em declaração conjunta do dia 16/04/1962, ao final da visita de João Goulart ao México, os presidentes garantiram preservar os ditames de uma política externa autônoma, pragmática, que visava os interesses de ambos os países em primeiro lugar, respeitar as organizações internacionais, o direito internacional, fortalecer a democracia, perseverar no desenvolvimento econômico, na distribuição de riquezas e na integração da América Latina para superar os problemas políticos, sociais e comerciais que distanciavam os países latino-americanos dos países desenvolvidos.

(...) Em primeiro lugar reafirmaram os termos da Declaração Conjunta de 22 de janeiro de 1960, e constataram que nos dois anos decorridos desde a sua assinatura acentuou-se a unidade de vistas existente entre os seus Governos no campo da política externa, a qual reflete as convicções e os ideais comuns ao povo brasileiro e ao mexicano. (...)

Reafirmaram a fidelidade dos seus países aos princípios da democracia representativa, à supremacia da lei e aos princípios de não intervenção e de auto-

determinação dos povos, como condição indispensável à preservação da independência dos Estados e ao aprimoramento das instituições democráticas. (...)

Declararam que a política externa do Brasil e do México é uma política independente, que lhes permite considerar com absoluta isenção e sob responsabilidade própria todas as questões internacionais, sem vinculação com quaisquer blocos político-militares. (...)

Manifestaram a intenção de se consultarem, nos organismos internacionais a que pertencem, sobre quaisquer matérias de deliberação comum, com o propósito de somarem forças na defesa de soluções justas e construtivas, que favoreçam convivência entre os povos e eliminem causas de atrito ou violência. (...)

Reafirmaram a convicção de que o fortalecimento da democracia e a sua mais eficiente proteção contra os riscos da instabilidade dependem, acima de tudo, do desenvolvimento econômico e da melhor distribuição da riqueza, para que todas as classes sociais participem de forma equitativa, da renda global do país. Sem prejuízo do respeito à iniciativa privada, impõe-se o planejamento da economia nacional e a intervenção do Estado para evitar o abuso do poder econômico e assegurar as classes trabalhadoras níveis cada vez mais elevados de vida e de segurança social (...) (MRE BRASIL. 16/04/1962. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1962/b_11. Acesso em 24 julho 2014).



Visita de João Goulart ao México em 10 de Abril de 1962. Na foto, Jango e López Mateos são aplaudidos nas ruas da Cidade do México. Fonte: PALACIOS, 2001, p. 283

3. AS POLÍTICAS EXTERNAS INDEPENDENTES DE BRASIL E MÉXICO DIANTE DOS ESTADOS UNIDOS E A “QUESTÃO CUBANA” NA OEA

Tanto para o Brasil quanto para o México, as relações com os EUA são primordiais. No período assinalado, os dois países buscaram ser pragmáticos e atrair

o maior número de capital norte americano, mas sem deixar de reforçar seu nacionalismo e evocarem os princípios de autodeterminação e não intervenção.

Las aspiraciones internacionales de Brasil y México han sido construidas con base en sus propias condiciones estructurales, pero también a partir de las nuevas oportunidades o retos que plantean los cambios en el escenario internacional. Estados Unidos es un factor clave para la definición de la política exterior de ambos países, y la manera en la que se relacionan con sus vecinos latinoamericanos está permeada por la presencia del poder hegemónico. (FERNÁNDEZ; LIMA, 2005, p.111)

Nesse período, o Brasil continuava com o processo de desenvolvimento nacional - que guiou a política exterior do país de 1930 a 1989 – e com o projeto de industrialização herdado de Juscelino Kubitschek que utilizou o capital norte americano em grande escala (CERVO & BUENO, 2008). As palavras “desenvolvimento” e “crescimento” eram citadas como os elementos fundamentais para o progresso e a recuperação do atraso histórico não só do Brasil, mas de toda a América Latina.

La busca de nuevos mercados y de relaciones políticas con otros países que pudieran servir para diversificar lo que empezaba a verse como una relación demasiado estrecha con Estados Unidos – sofocante, dirían sus críticos -, así como el deseo de reforzar la legitimidad del régimen mediante el prestigio que pudiera surgir de una política exterior activa, llevaron López Mateos a visitar y recibir a un número sin precedentes de jefes de Estado de todos los continentes, así como a apoyar la creación en 1960 de la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (ALALC). (VÁZQUEZ; MEYER, 2001 [1982], p. 201).

Como aponta Ayerbe (2002, p. 75), “no plano político, estratégias de desenvolvimento, que atribuem à industrialização o eixo dinâmico e ao Estado o papel de protagonista principal na orientação dos rumos da economia, ganham cada vez mais força no cenário latino-americano”. Como observado, Brasil e México adotam o modelo das políticas do paradigma desenvolvimentista, influenciado pelo grupo da CEPAL, dos desenvolvimentistas (Raúl Prebisch, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Mario Rapoport, Roberto Lavagna, entre outros) e posteriormente dos teóricos da dependência, como os brasileiros Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos que influenciaram a academia mexicana, realizando suas pesquisas como professores da UNAM (Universidade Nacional Autônoma do México).

A vertente desenvolvimentista desse pensamento latino evoluiu, desde as formulações do grupo da Cepal, que elaborou nos anos 1950 uma teoria originalmente inspirada na prática política de Vargas entre 1930 e 1945. Dos conceitos originais de Prebisch – centro-periferia, indústria, mercado interno, renda salarial, deterioração dos termos de troca – à teoria do desenvolvimento de Celso Furtado, que insiste sobre o componente da desigualdade tecnológica, a

vertente chega aos enfoques dependentistas dos anos 1960 e 1970 com Theotonio dos Santos, Rui Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que aprofundam o estudo da relação entre dominação e dependência, por meio da análise estrutural. Tudo será referido ao conceito de poder nas relações internacionais e à estratégia de conduzir-se por vantagens comparativas naturais (América latina) ou intangíveis (países desenvolvidos). (CERVO & BUENO, 2008, p. 73)

No que se refere ao período do começo da década de 1960, Amado Cervo classifica o governo João Goulart como um período de “desenvolvimento autônomo tocado essencialmente pelas forças da nação, criador de autonomia política e de forte núcleo econômico” e que está incluída na “fase de implantação de uma grande indústria de transformação em associação com o empreendimento estrangeiro, obra dos anos 1950 e 1960” (CERVO, 2010, p. 75).

A partir da ascensão de Goulart, as relações entre Brasil e Estados Unidos entraram num processo de deterioração. Além de questões concretas, como as encampações de subsidiárias estrangeiras instaladas no país, preocupavam-se os Estados Unidos com os rumos da administração Goulart, que passou a ser um risco ideológico. A prática de uma política externa independente levava a um distanciamento entre os dois países nos órgãos multilaterais (...) (CERVO, 2010, p 354).

A pesquisadora Monica Hirst (2006) classifica o período de 1942 a 1977 como de “alinhamento” com os EUA, e faz uma subdivisão desse período em três etapas. A primeira etapa seria de uma “cooperação militar e econômica entre os dois países”, onde o Brasil cede “a várias pressões norte-americanas em troca de empréstimos para financiar seu desenvolvimento em áreas estratégicas”, principalmente após o apoio do Brasil ao grupo dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. A segunda etapa marca o período conturbado da Guerra Fria, “fortemente condicionada pelo maniqueísmo do conflito Leste-Oeste”, onde os EUA determinam a América Latina como sua zona de influência. O nacionalismo ainda em voga no projeto de desenvolvimento econômico, “manifestado na ênfase nacional do segundo Governo Vargas, no apelo ao desenvolvimento de Juscelino Kubitschek e no sentido inovador da política externa independente dos governos Quadros-Goulart” acaba dando sinais que “Washington já não se mostrava tão disposto a financiar o desenvolvimento brasileiro” (HIRST, 2006, p.95). AYERBE (2002) também aponta que durante o governo de John F. Kennedy (1961-1963) “aumentou a importância da América Latina na política externa”, porém, com a morte de Kennedy e a ascensão de Lyndon Johnson (1963-1969), os “Estados Unidos se envolveram cada vez mais no conflito do Vietnã” (AYERBE, 2002, p. 116) o que contribuiu para relativizar o foco norte-americano na América Latina, sem deixar de lado as preocupações e as

intervenções quando necessárias (na visão dos EUA) e os investimentos oriundos da Aliança para o Progresso, principalmente após a afirmação socialista do governo cubano e a crise dos mísseis em 1962.

No final da segunda etapa, o Brasil estava imerso em graves problemas de déficit orçamentário e de alta da inflação. Além desse quadro de instabilidade, as relações com os Estados Unidos se complicaram, quando do lançamento da Política Externa Independente (PEI), pelo governo Quadros-Goulart. A PEI defendia a ampliação da autonomia do Brasil no plano internacional, desvencilhando-o das limitações impostas pela bipolaridade e identificando-o com outras nações do mundo subdesenvolvido na América Latina, África e Ásia. O ponto culminante de tensão entre os dois países nesse período se deu quando decisões tomadas pelo presidente João Goulart e pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, como nacionalização de empresas estrangeiras, feriram interesses privados norte-americanos no Brasil. Dessa forma, o golpe militar de 1964 foi motivado também por fatores externos ao mesmo tempo que foi amplamente apoiado pelos Estados Unidos (HIRST, 2006 p. 96).

O governo de Castelo Branco (1964-1967) marca o início da terceira etapa de alinhamento, “marcada pelo abandono das premissas da PEI e retomada do alinhamento irrestrito aos Estados Unidos” (HIRST, 2006, p.96). Ainda nesse período de “alinhamento” (1942-1977), Amado Cervo descreve dois períodos que ele irá chamar de “dois hiatos liberais e interesses ocidentais”, que seria o início do governo Dutra em 1945 e do General Castelo Branco em 1964.

As mudanças de regime em 1945 e 1964 apresentaram convergência em um ponto: os novos dirigentes não abandonaram a ideia do desenvolvimento nacional como vetor da ação externa, porém passaram a operar na suposição de que o desenvolvimento deveria extrair o maior impulso da estreita vinculação com as potências do Ocidente do que da vinculação direta ao projeto nacional. (CERVO, 2008, p.46)

No caso do México, as resistências históricas com os EUA¹ acabaram moldando as características da sua política exterior. Para os EUA era tolerável que México tivesse uma política dissidente, se isso contribuísse para a manutenção da política interna do país (OJEDA, 1976). A desconfiança, a afirmação da soberania e um nacionalismo anti-Estados Unidos, guiaram o pensamento político mexicano.

Sin duda, el momento histórico que marcaría la actitud mexicana hacia su vecino y hacia el mundo, es 1848, cuando como capitulación de la guerra con Estados Unidos, perdió la mitad de su territorio. Desde entonces, y tomando distintas modalidades, el actuar internacional de México se distingue por su actitud defensiva y por un nacionalismo de tintes antiestadunidenses. (FERNANDÉZ; LIMA, 2005, p.118)

A inserção internacional do México esteve atrelada ao simbolismo de ser o vizinho da grande potência americana, fato que alimentou o espírito de soberania do

¹ Em 1848, EUA e México travaram uma guerra onde o México perdeu metade do seu território para os EUA.

povo mexicano. É evidente o valor estratégico que o território mexicano tem para os EUA, aumentando seu valor em períodos de crises políticas no mundo e no hemisfério. Entende-se que o valor estratégico e o poder de negociação do México crescem à medida que essas crises aumentam na visão dos EUA (OJEDA, 1976). Ser parceiro estratégico dos EUA exige um grande comprometimento e o México sempre quis demonstrar que, independente do que aconteceu no passado, os mexicanos têm voz e vez e eles não estarão dispostos a fazer tudo que os EUA querem.

(...) las aspiraciones mexicanas em sua conducta internacional han estado atravesadas por la vecindad com Estados Unidos. Podría decirse, siguiendo la visión del primer realista, el historiador de la antigüedad Tucídides, que la historia de México es la del débil que tiene que padecer al poderoso. Es decir, su actuación internacional ha tenido por cometido final la contención de Estados Unidos, o dicho de una manera más elegante, la preservación y defensa de la soberanía. (FERNANDÉZ; LIMA, 2005, p.118)

Um dos principais pontos de tensão do Brasil e do México com os EUA veio com a disposição norte americana de expulsar Cuba da OEA (Organização dos Estados Americanos) e da JID (Junta Interamericana de Defesa), na histórica Assembleia de Punta del Este em 1962. Os EUA acreditavam que o regime cubano não era mais compatível com os princípios democráticos da organização e temiam que o exemplo cubano influenciasse outros países da região. Ditados por uma política externa que privilegiava o princípio da autodeterminação, soberania e não intervenção, Brasil e México relutaram para não ceder ao desejo dos EUA de expulsar Cuba da OEA.

En su camino hacia Punta del Este, el secretario de Relaciones Exteriores de México, Manuel Tello, fue recibido en Río de Janeiro por su homólogo de Brasil, Francisco Clementino de San Tiago Dantas. En los preparativos para esa reunión, el canciller brasileño le propuso a Tello, a través del embajador de México en Brasil, Alfonso García Robles, que se firmara una declaración bilateral en la que se constatará la armonía existente entre las orientaciones generales de política exterior de ambos países. Dantas le dijo a Robles que la tendencia popular, social y reformista de la nueva política exterior de Brasil rompía con las orientaciones derechistas que habían predominado en los círculos de poder brasileños y coincidía con el perfil izquierdista con el que eran identificados los gobiernos mexicanos. (PÉREZ FLORES, 2014, p. 6)

Apesar da influência hegemônica na América Latina, o México teve uma maior independência relativa no cenário continental frente aos EUA, demonstrado, por exemplo, como sendo o único país da América que manteve relações diplomáticas ininterruptamente com Cuba socialista (OJEDA, 1976). Aceitar sem contraposições a política anticubana de Washington seria como sancionar que a OEA e os EUA se convertessem em árbitros do que os países membros podiam ou não

podiam fazer no âmbito da sua política interna e externa (VÁZQUEZ; MEYER, 1982). Para não correr o risco de um confronto aberto com os EUA - que estavam mais do que decididos em expulsar Cuba da OEA - a solução mexicana foi de tentar não associar a defesa dos princípios tradicionais da política externa mexicana com a defesa do socialismo e muito menos com a política soviética no ocidente.

Una asociación muy estrecha con los revolucionarios cubanos significaba el riesgo de llevar a Estados Unidos a usar contra México presiones económicas y políticas como en el pasado que hubiera debilitado los esfuerzos desarrollistas del gobierno de López Mateos y activado aún más a las poderosas fuerzas conservadoras y reaccionarias internas. Además, y en última instancia, el gobierno mexicano estaba comprometido con la preservación del capitalismo. (...) El terreno en el que el gobierno mexicano se debía mover era, pues, muy peligroso. Sin embargo, y desde la perspectiva de los dirigentes mexicanos éstos lo cruzaron con éxito con un mínimo de antagonismo en Washington y con la derecha nacional, ganando legitimidad al preservar las líneas básicas de la tradición nacionalista en política exterior (...) Para atenuar los efectos de esta ambigua posición de México, López Mateos extendió una invitación al presidente de Cuba para que hiciera escala en México durante la gira planeada ese año y que incluía Venezuela y Brasil. (VÁZQUEZ; MEYER, 2001 [1982], p. 203).

O Brasil encontrava-se em uma posição delicada. Ao não aderir à proposta dos EUA, poderia o país ficar isolado perante os outros membros da OEA. A posição brasileira deveria ser de cautela. Concordava em não se opor a proposta dos EUA de condenar o comunismo, mas reconhecia a necessidade de adotar uma independência da política externa frente aos princípios da não-intervenção, autodeterminação e luta anticolonialista, assim como contra sanções militares, econômicas e a utilização do TIAR (Tratado de Assistência Recíproca) como medida de intervenção em território cubano.

(...) observa-se por parte do Brasil a adoção de uma atitude de independência nos órgãos multilaterais, no sentido de aprofundar o abandono do “compasso de Washington”, isto é, de não secundar as posições norte-americanas. Foi o que aconteceu na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada no período de 22 a 31 de janeiro de 1962, em Punta del Este, Uruguai, quando se apreciou a questão cubana. Brasil e Estados Unidos distanciaram-se no decorrer do evento. Manteve-se o Brasil numa posição de princípio a respeito do problema, sem liga-la, portanto, à ajuda financeira norte americana derivada da Aliança para o Progresso. (CERVO & BUENO, 2008, p.356).

A posição brasileira e mexicana foi, portanto, contrária dos EUA (assim como Chile e Argentina. Bolívia e Equador abstiveram-se de votar a exclusão). Porém, a maioria dos países seguiram a opinião dos EUA e Cuba foi expulsa da OEA. Contudo, todos os países americanos declararam que o marxismo-leninismo era incompatível com o sistema democrático planejado pela OEA. “Condenamos o comunismo internacional, lutaremos por medidas que ponham a democracia a salvo

de suas infiltrações, e tudo faremos para que o regime de Cuba não ameace o sistema interamericano”, declarou San Tiago Dantas (DANTAS, 2011[1962], p. 111).

País membro de la OEA	Ministro de Relaciones Exteriores	Nº. de asistentes por delegación
Argentina	Miguel Ángel Cárcano	24
Bolivia	José Fellman Velarde	10
Brasil	Francisco Clementino de San Tiago Dantas	25
Colombia	José Joaquín Caicedo Castilla	18
Costa rica	Alfredo Vargas Fernández	4
Cuba	Osvaldo Dorticós Torrado	10
Chile	Carlos Martínez Sotomayor	9
Ecuador	Francisco Acosta Yépes	9
El Salvador	Rafael Eguizábal	4
Estados Unidos	Dean Rusk, secretario de Estado	21
Guatemala	Jesús Unda Murillo	13
Haití	René Chalmers	7
Honduras	Andrés Alvarado Puerto	3
México	Manuel Tello	15
Nicaragua	René Schik	9
Panamá	Galileo Solís	9
Paraguay	Raúl Sapena Pastor	6
Perú	Luis Alvarado Garrido	11
República Dominicana	José Antonio Bonilla Atilés	8
Uruguay	Homero Martínez Montero	7
Venezuela	Marcos Falcón Briceño	9

Fuente: Acta de la Reunión de Consulta de Ministro de la OEA, del 22 al 31 de enero de 1962, AHGE-SER, exp. XII-1123-2 (1ª y 2ª partes). Apud: BOBADILLA GONZÁLEZ, 2006, p. 115.

Las delegaciones de Brasil y México arribaron a la conferencia con propuestas novedosas para tratar de resolver el conflicto cubano, y con posiciones similares

en lo que concierne a la defensa de los principios de la Organización, aunque al final serías rechazadas. Bajo el gobierno reformista de João Goulart, Brasil, junto con México, se abstuvo de votar la exclusión de Cuba de la OEA. (BOBADILLA GONZÁLEZ, 2006, p. 113)

Para San Tiago Dantas, o momento era de cautela com as medidas a serem adotadas contra Cuba. Para o ministro “fórmulas intervencionistas ou punitivas, que não encontram fundamento jurídico e produzem, como resultado prático, apenas o agravamento das paixões e a exacerbação das incompatibilidades, não podem esperar o apoio do governo do Brasil” (DANTAS, 2011 [1962], p. 105). A ideia era que a questão cubana fosse resolvida no âmbito da OEA, e que não acabasse sendo uma questão de conflito Leste-Oeste da Guerra Fria, fato que não se concretizou.

Decisiones como esta, que atendían a un enfoque de política exterior de independencia en relación con la disputa Este – Oeste típica de la Guerra Fría, tuvieron consecuencias muy distintas en cada caso. Los gobernantes mexicanos lograron que en Washington dirigieran esos espacios de divergencia como parte de un equilibrio necesario para mantener la cooperación bilateral en otros ámbitos. En contraste, en la actitud de Washington hacia los gobernantes brasileños prevaleció la hostilidad y esa política externa independiente fue uno de los ingredientes que movilizaron la alianza de militares y políticos brasileños con empresas y gobierno de Estados Unidos para hacer posible un golpe de Estado perpetrado en abril de 1964. (PEREZ FLORES, 2014, p.2)

4. CONCEITOS ALARGADOS DAS POLÍTICAS EXTERNAS DO BRASIL E DO MÉXICO: UM DEBATE EM CURSO

Uma análise entre as políticas externas do Brasil e do México do começo da década de 1960 nos remete às visões teóricas das relações internacionais adotadas por esses países diante do sistema internacional. Durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial, México e Brasil procuraram manter uma relação de cordialidade no cenário internacional, fortalecendo e mantendo posições de respeito à soberania, a não intervenção e à autodeterminação dos povos. Amado Cervo acredita que o Barão do Rio Branco deixou um legado que representa bem o processo decisório em política exterior a ser adotado pelo Brasil.

“O patrono da diplomacia brasileira deixou um legado de longo alcance no tempo e de impactos profundos sobre a formação nacional (...) sob o aspecto da realização de interesses nacionais, convém marchar com os Estados Unidos; sob o aspecto do cálculo estratégico que comanda o processo decisório em política exterior, convém ser realista” (CERVO, 2008, p. 225.)

Diante de uma visão realista, onde os interesses nacionais se sobrepõem e o fundamental é a sobrevivência estatal, México e Brasil mantiveram uma postura de apoiar ao poder hegemônico - ao invés se unir contra o poder - e reafirmar suas soberanias. O poder hegemônico dos EUA sempre foi um fator determinante na

política externa dos dois países. A assimetria diante dos EUA proporcionou mudanças e conflitos políticos em alguns períodos, mas nunca foi de ruptura drástica ou confrontos diretos que viessem a causar um rompimento diplomático. Como aponta Jorge Schiavon:

In the contemporary history of Mexico's international relations (1945-today), the most important foreign policy priority has remained constant: to contain, as much as possible, the United States' hegemony in order to maximize Mexican National sovereignty (SCHIAVON, p. 179)

No plano internacional, tanto o México como o Brasil adotavam uma postura realista na tentativa de se consolidarem como potências emergentes globais e potências regionais consolidadas (que vem se afirmando até o presente momento), buscando uma maior participação no cenário político mundial e procurando fortalecer suas economias e ampliando seus objetivos na área militar.

(...) los Estados Unidos reconocen y aceptan la necesidad de México a disentir de la política norteamericana en todo aquello que le resulte fundamental a México, aunque para los Estados Unidos sea importante, mas no fundamental. A cambio de ello México brinda su cooperación en todo aquello que siendo fundamental o aun importante para los Estados Unidos, no lo es para el país. (OJEDA, 1976, p.120)

No plano teórico liberal das relações internacionais, ambos os países latinos, na medida em que cresceram economicamente e politicamente, viram sua importância aumentar e adquiriram uma responsabilidade e compromisso maior com as instituições internacionais (liberal institucionalismo) e com outros temas como intervenções humanitárias, reformas no sistema ONU (CSNU), no Fundo Monetário Internacional e etc.

No final da década de 1950 e início da década de 1960, Brasil e México adotaram uma política externa que visava desviar um pouco da esfera dos EUA e,, adotando, inclusive, medidas contrárias aos EUA diante da decisão dos norte americanos de expulsar Cuba da OEA (Organização dos Estados Americanos), em 1962. “A atitude do Brasil de não acompanhar a política externa norte-americana confundia-se com a afirmação de soberania” (CERVO; BUENO, 2010, p. 340). Tanto o México de Adolfo López Mateos, quanto o Brasil de Jânio/Jango adotaram uma política externa independente (PEI), pragmática e realista (com alguns pontos de liberalismo) que procurava obter vantagens diante do mundo bipolar da Guerra Fria.

In this period, Mexico's foreign policy had realist characteristics by necessity, since its historic circumstances and geographic situation prioritized the defense of sovereignty over all other foreign policy objectives; sovereignty was understood as non-intervention, autonomy, or self-determination depending on the historical moment. (...) in the 1950s and 1960s, Mexico adopted a realist

position towards the world. Presenting itself as a middle power, its constant and stable growth of the moment placed Mexico as one of Latin America's leaders". (SCHIAVON, 2009, p. 186)

Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, caracterizam a PEI do Brasil dessa forma:

(...) mundialização das relações internacionais do Brasil, isto é, não circunscrevê-la às Américas e à Europa Ocidental; atuação isenta de compromissos ideológicos, não obstante a afirmação de que o Brasil faz parte do Ocidente; ênfase na bissegmentação do mundo entre Norte-Sul, e não Leste-Oeste; busca da ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos comerciais, o que explica a procura da Europa Oriental e do Oriente; desejo de participação nas decisões internacionais; luta pelo desenvolvimento, pela paz e pelo desarmamento; adoção de posição claramente contrária à realização de experiências nucleares; adoção dos princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção. (...) A retórica da solidariedade, da cooperação para o desenvolvimento, a ampliação do mercado pelas associações aduaneiras e o desejo de unir esforços para que ambos os países adquirissem maior participação nos assuntos internacionais (...). (CERVO; BUENO, 2010, p. 333-334)

Já o mexicano Mario Ojeda classifica a política independente do México como:

(...) la acción de no renunciar a la facultad de interpretar y juzgar los problemas internacionales con base a criterios propios. En última instancia, significa el esfuerzo para no verse obligado a actuar en contra de intereses nacionales claramente establecidos por la tradición como fundamentales. En consecuencia, en ningún caso debe confundirse la política independiente con posiciones tales como la neutralidad (a la suiza) o el neutralismo y el no alineamiento (como en el caso de la India).

Os princípios adotados pelos dois países durante o período citado demonstram combinações de princípios realistas e liberais na condução das suas políticas externas. Um liberalismo focado com a transformação das relações internacionais para preservar a paz, a justiça e a prosperidade, e um realismo na busca do interesse nacional acima de tudo. O liberalismo da época vinha sendo reformulado desde o final da Segunda Guerra, com os estudos sobre as Organizações Internacionais, a emergência de “novos atores” e “novos temas” e a ideia de que a cooperação comercial geraria um transbordamento (*spill over effect*) para outras áreas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Já o realismo, direta ou indiretamente, afetava a condução das políticas externas dos dois países, como, por exemplo, a decisão de escolher de acordo com o seu interesse diante do posicionamento sobre a expulsão de Cuba da OEA (reafirmando sua soberania). Para Morgenthau, a política internacional é baseada num autointeresse onde todas as pessoas procuram segurança

e sobrevivência e é na política que esses interesses entram em choque (apud NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Ainda sobre a adoção de um realismo por esses países, Raúl Bernal-Meza utiliza os escritos de Roberto Russell para mostrar que estudiosos como Juan Carlos Puig, Hélio Jaguaribe e Araújo Castro influenciaram os ditames da política externa na América Latina, desenvolvendo um “realismo periférico”.

Estos tres autores realizan sus análisis a partir de supuestos básicos de la teoría realista, aun cuando incorporan en sus trabajos un conjunto variado de reflexiones sobre el sistema interestatal y la estructura internacional desde una perspectiva periférica. A diferencia de la mayoría de los autores inscriptos en la matriz geopolítica, los “realistas periféricos” (en la denominación de Russel), consideran a la integración y la cooperación regional como la vía más adecuada para “descongelar el poder mundial”. Señalaba el editor; apoyándose en el trabajo específico de Soares de Lima, que “hubo un puente intelectual muy claro entre estos primeros realistas y Raúl Prebisch, particularmente en lo que se refiere al rechazo del status quo mundial y a las propuestas de acción conjunta multilateral para revertir la condición periférica de los países latinoamericanos” (BERNAL MEZA, 2013, p. 260).

Observa-se que a temática da época era um realismo que enfatizava o interesse nacional, a industrialização e a soberania, sem deixar de lado a aspiração liberalista de “descongelar el poder mundial”, de reformar as instituições e enfatizar o conflito Norte-Sul, ao invés do Leste-Oeste. Essa mistura de realismo e liberalismo pode ser observada no nacional-desenvolvimentismo, nas ideias de Raúl Prebisch, Celso Furtado e da Cepal, que influenciou decisivamente a ação e formulação da política externa tanto no Brasil como no México no período (apesar de coexistir várias correntes de pensamentos na instituição).

CONCLUSÃO

O estudo sobre a política externa de outros países é um campo ainda a ser mais explorado pela academia brasileira de Ciência Política/Relações Internacionais. Para isso, esse artigo vem a introduzir um campo ainda com muita pesquisa a ser realizada. Concluimos que as políticas externas brasileiras e mexicanas convergem em vários momentos. Analisamos exclusivamente o período de 1958-1964 que compreende o governo mexicano do presidente Adolfo López Mateos e os homólogos brasileiros Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Os dois países adotaram políticas externas independentes que frisavam a autonomia, a autodeterminação e a não-intervenção em assuntos domésticos.

As políticas externas do México e do Brasil foram, por diversas vezes, utilizadas como categóricos para defesa dos interesses nacionais diante dos Estados Unidos e outras potências que ameaçaram suas soberanias ou tentaram influir em temas ou atores da política doméstica. O período denominado na historiografia brasileira de Política Externa Independente é semelhante a Política Externa de Adolfo López Mateos (1958-1964). Para Mario Ojeda, um dos principais pesquisadores da política externa mexicana, “el concepto de política independiente, al ser aplicado al caso de México, se ha matizado con el calificativo de ‘mayor independencia relativa’” (OJEDA, 1984, p.17).

Um dos principais pontos dessa “independência” é a relação com os Estados Unidos, fundamental tanto para o México como para o Brasil, principalmente diante da Guerra Fria. Utilizando a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em 1962, que expulsou Cuba da OEA, concluímos que o dilema brasileiro e mexicano baseou-se em manter suas linhas de política externa anti-intervencionista, mas não se contrapor exageradamente aos EUA. Ainda havia o temor de aprovar medidas que futuramente pudessem servir contra si mesmo. Autodeterminação e não-intervenção se converteram em argumentos centrais nas políticas externas do Brasil e do México e serviram de proteção fundamental como categórico de preservação da soberania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTEMANI, Henrique. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005. 289 p.

OLIVEIRA, H.; LESSA, A. (Org.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas* (Vol. 1). São Paulo: Saraiva, 2006.

AMORIM, Celso. *Política Externa Independente de San Tiago Dantas*. In: MOREIRA MARQUES, Marcílio; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (Coord.). *Atualidade de San Tiago Dantas*. São Paulo: Lettera.doc, 2005.

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BERNAL MEZA, Raúl. *América Latina en el mundo: el pensamiento latinoamericano y la teoría de las relaciones internacionales*. 1ª ed. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano. 2013.

BOBADILLA GONZÁLEZ, Letícia. *México y la OEA: Los debates diplomáticos, 1959-1964*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2006.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010

DANTAS, San Tiago. *Política Externa Independente*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

FERNÁNDEZ, Rafael; LIMA, Maria Regina S. *Las aspiraciones internacionales de Brasil y de México*. In: MENA, Antonio Ortiz; NETO, Octavio Amorim; FERNÁNDEZ, Rafael. (Org.). *Brasil y México: encuentros y desencuentros*. México, DF: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2005.

HIRST, Mônica. *Os cinco "As" das relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação*. In: OLIVEIRA, H.; LESSA, A. (Org.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas* (Vol. 1). São Paulo: Saraiva, 2006.

PÉREZ FLORES, Fidel. *João Goulart y López Mateos frente a EUA: relaciones bilaterales asimétricas y política doméstica*. Observatório Político Sul-americano. IESP/UERJ. Vol. 9, n.3. 2014. Disponível em: <www.opsa.com.br>. Acesso em: 09 set. 2014.

LIMA, Maria Regina. *Política Externa Independente de San Tiago Dantas* In: MOREIRA MARQUES, Marcílio; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (Coord.). *Atualidade de San Tiago Dantas*. São Paulo: Lettera.doc, 2005.

MENÉNDEZ, Iván. *México al no alineamiento*. Rev. Nueva Sociedad. Buenos Aires. N.63, nov-dez, 1982. < http://www.nuso.org/upload/articulos/998_1.pdf> Acesso em: 25 julho 2014.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

OJEDA, Mario. *Alcances y limites de la política exterior de México*. 2ªed. México, D.F: El Colegio de México, Centro de Estudios Internacionales, 2006.

PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, conflictos y reconciliaciones. México y Brasil: 1822-1993*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2001. 359 p. Colección Latinoamericana.

ROSAS, María Cristina. *México y Brasil: Buenos enemigos o amigos mortales?* *Revista Mosaico*. Puc-Goiás, v. 1. N.1, jan./jun., 2008. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/download/232/186>>. Acesso em: 24 jul de 2014.

SCHIAVON, Jorge A. Mexico: Constant Priorities, Variable Theoretical Approaches to International Relations. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. *Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st Century*. Brasília: Premium e Instituto de Relações Internacionais, 2009.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *Autonomia na Inserção Internacional do Brasil: um caminho histórico próprio*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 36, n° 1, jan-jun/2014. Disponível em:< <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/>>. Acesso em: 21 mar de 2015.

SISTEMAS DE ATOS INTERNACIONAIS. BRASIL/MRE. *Declaração do presidente dos Estados Unidos do Brasil, Doutor Juscelino Kubitschek, e do presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Doutor Adolfo Lopez Mateos*. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1960/b_4. Acesso em: 24 jul 2014.

SISTEMAS DE ATOS INTERNACIONAIS. BRASIL/MRE. *Declaração Conjunta feita pelos presidentes dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos por ocasião da visita ao México de sua excelência o senhor João Goulart*. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1962/b_11. Acesso em: 14 jul 2014.

VÁZQUEZ, Josefina Zoraida; MEYER, Lorenzo. *México frente a Estados Unidos. Un ensayo histórico, 1776-2000*. 4^a ed. México, DF: El Colégio de México. 2001.